



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 18ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810321

Processo nº **0049864-09.2019.8.17.2001**

AUTOR: ROSANGELA VIEIRA DE MELO

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**DESPACHO**

R.H.

Defiro a emenda da petição inicial, que corrige o valor da causa, nos termos da petição de ID nº 50260183.

Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e do art. 14 do Ato nº 1027/2020, deixo de designar a audiência conciliatória do art. 334 do CPC.

Destaco que podem as partes, a qualquer tempo, conciliarem e requererem a homologação judicial, **podendo a audiência de conciliação ser realizada até a fase de saneamento do processo.**

Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar contestação no prazo legal, com a advertência do art. 344 do CPC.

O prazo para apresentar contestação e/ou reconvenção se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, inciso I do CPC.

Intime-se.

Recife, 21 de julho de 2020.

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 18ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0049864-09.2019.8.17.2001  
AUTOR: ROSANGELA VIEIRA DE MELO

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 18ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 64969831, conforme segue transcrito abaixo:

*"R.H. Defiro a emenda da petição inicial, que corrige o valor da causa, nos termos da petição de ID nº 50260183. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e do art. 14 do Ato nº 1027/2020, deixo de designar a audiência conciliatória do art. 334 do CPC. Destaco que podem as partes, a qualquer tempo, conciliarem e requererem a homologação judicial, podendo a audiência de conciliação ser realizada até a fase de saneamento do processo. Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar contestação no prazo legal, com a advertência do art. 344 do CPC. O prazo para apresentar contestação e/ou reconvenção se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, inciso I do CPC. Intime-se. Recife, 21 de julho de 2020. Juiz de Direito "*

RECIFE, 10 de agosto de 2020.

**KALLIANDRA DAIANE SANTOS MARQUES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

